
IMPUGNAÇÃO - SUPEL - RO - PRE 846.2022

1 mensagem

CWB Jurídico - MICROSENS <CWB.Juridico@microsens.com.br>

2 de março de 2023 às 10:55

Para: "alfa.supelro@gmail.com" <alfa.supelro@gmail.com>

Cc: Jetro Leandro Fick - MICROSENS <Jetro.Fick@microsens.com.br>, Erik Luiz Manosso <Erik.Manosso@microsens.com.br>

Prezados, boa tarde,

Como estão?

A MICROSENS SA, vem com o devido respeito e acatamento perante Vossa Senhoria para apresentar IMPUGNAÇÃO, bem como Contrato Social e Procuração, acerca do Edital do Pregão Eletrônico de nº 846.2022.

Peço a gentileza que confirme o recebimento do presente e-mail.

Por fim, manifestamos nossos préstimos da mais elevada estima e consideração.

Atenciosamente,



PÂMELA TEIXEIRA
ESTAGIÁRIA JURIDICO - CURITIBA

Fone: (41) 3024-2050 RAMAL: 208
Av: João Gualberto, 1740 1º andar - Juvevê
Curitiba - PR - CEP: 80030-001

microsens

3 anexos **IMPUGNAÇÃO - SUPEL - RO - PRE 846.2022.pdf**
392K **Eleição-Diretoria-Estatuto-Social.pdf**
2023K **Procuração-Jetro-Leandro-Fick-31-5-2023.pdf**
113K

À

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL
ESTADO DE RONDÔNIA

REF.:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 846/2022

MICROSENS S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 78.126.950/0011-26, com filial em Cariacica – Espírito Santo, na Rodovia Governador Mário Covas, nº 882, armazém 01, mezanino 01, Box 6- Bairro Padre Mathias - CEP: 29.157-100, por seu representante legal, comparece respeitosamente perante Vossa Senhoria para apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, com fulcro no art. 41 §§ 1º e 2º, e seguintes, da Lei 8.666/93 e Item 3 do Edital, bem como demais legislações pertinentes à matéria.

I – DOS FATOS:

Inicialmente, pertinente ressaltar que esta Signatária possui mais de 30 (trinta) anos de história, intensificando a produção industrial de microcomputadores e equipamentos de informática, fortalecendo as atividades no varejo eletrônico, sem deixar de contemplar o fortalecimento das relações com o mercado governamental e corporativo, primando pela excelência dos trabalhos prestados¹.

Portanto, desde 1994 esta Signatária atua junto ao mercado governamental e, em razão de sua expertise no atendimento aos Órgão Públicos, tem interesse em participar do Pregão Eletrônico nº 846/2022 cujo objeto **“Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Monitores Curvo de Alta Dimensão, visando promover a atualização tecnológica da Polícia Militar do Estado Rondônia - PMRO com eventual aquisição de equipamentos em Tecnologia da Informação - TI (MONITORES CURVO).”**, conforme fls.04 do Edital.

Todavia, observou-se que o presente Edital possui algumas irregularidades, razão pela qual apresentaram-se questionamentos no dia 01/03/2023, contudo não foram respondidos até o presente momento e, para que não ocorra a preclusão do direito, impugna-se o presente Edital, conforme passa a expor.

¹ <http://www.microsens.com.br/mercado-governamental>

II - DO DIREITO:

A) DO OBJETO IMPOSSÍVEL DECORRENTE DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS – ITEM 01:

Em verificação às especificações técnicas descrita para o Item 01 do Edital, notou-se, em uma primeira análise, que este se apresenta como objeto impossível, uma vez que ao que parece, não existe atualmente no mercado nenhum produto que atenda integralmente as exigências técnicas.

Sendo assim, segue análise abaixo, demonstrando o alegado, considerando que os pontos negativos (-) a seguir demonstram especificações em que os respectivos modelos não conseguem atender e por isso restringem a competitividade:

ITEM 01

Samsung Odyssey RG90 (LC49RG90SSLXZD)

- Possui 2 entradas hub USB

Philips 499P9H/00 (AG493QCX/FG)

- Possui tecnologia W-LED, será aceito?

AOC AG493QCX

- Possui tecnologia W-LED, será aceito?

Certamente, as especificações técnicas contidas se baseiam em premissas desconformes com a realidade atual, fazendo com que às especificações não contemplem nenhum produto atualmente disponível no mercado.

Tendo em vista que é impossível que se encontre algum produto que atenda todas as exigências do Edital acerca do item 01, torna-se, conseqüentemente, impossível que seja respeitado o princípio constitucional da ampla concorrência e competitividade real, perdendo assim a finalidade da licitação, qual seja, a aquisição de produtos de qualidade.

Assim é a orientação que se colhe pacífica na jurisprudência e em orientações doutrinárias abalizadas, dentre as quais se incluem os ensinamentos de MARÇAL JUSTEN FILHO

que, tecendo comentários acerca do direito de participar da licitação como direito abstrato, assevera que "Todos os brasileiros se encontram, em tese, em igualdade de condições perante a *Administração Pública, para fins de contratação. Isso não impede a imposição de condições discriminatórias, destinadas a assegurar que a Administração Pública selecione um contratante idôneo, titular da proposta mais vantajosa*" (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos" – 6ª ed. – São Paulo: Dialética, 1999 – p. 285).

As especificações técnicas são apenas restritivas e não conferem semelhança aos produtos tidos como "bem comum", já que as grandes marcas do produto licitado não possuem produto compatível com as especificações trazidas no Edital.

Se as especificações são extremamente necessárias, deve-se apresentar, já em resposta aos questionamentos que se apresentam aqui, a análise de viabilidade técnica e econômica que o Órgão deve proceder, em conformidade com a **Instrução Normativa nº 04, de 12 de novembro de 2010.**

Contudo, nestes casos, ainda, o Órgão tem que justificar a utilização do bem e ainda precisa de **justificativa (relatório técnico-econômico-jurídico comprovando essa necessidade)**, mediante o estudo e análise de viabilidade.

Essa situação acaba impossibilitando a interpretação objetiva do edital, de forma a apresentar a melhor solução que poderia atendê-lo, prejudicando a formulação de propostas nos exatos termos do instrumento convocatório.

O art. 3º, inc. II da Lei Federal nº. 10.520/2002 informa que a especificação dos itens que compõem o edital deverá ser objetiva, clara e precisa:

*Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:
II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;*

Deste modo, sem a correta especificação dos produtos licitados, as empresas não poderão estudar (1) a **viabilidade técnica de atender a demanda**, e (2) de **propor preços para que efetivamente se tenha a proposta mais vantajosa à Administração**, tal como determina a Lei nº 8.666/93.



Ora, o critério do julgamento da proposta deve ser objetivo, atento às especificações e demais condições do edital. Em face da imprecisão constatada, que eventual edital possa conter, o TCU editou a súmula 177:

"A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da licitação para compra, a quantidade demandada uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão."

As implicações quanto a existência de um objeto impossível, trará limitação na participação de licitantes interessados, acarretando prejuízos à esta Administração Pública uma vez que eventualmente ocorrerá também, violação ao princípio da economicidade. A diminuição do número de concorrentes inevitavelmente ocasionará em substancial elevação do preço dos produtos, causando vultosos prejuízos à própria Administração.

Conforme mencionado alhures, a licitação na modalidade pregão é destinada a produtos de **uso normal**, não sendo apresentada nenhuma justificativa que pudesse embasar quaisquer restrições à extrema necessidade das especificações que tornam o objeto impossível.

Sendo assim, postula-se pela **REGULARIZAÇÃO DO EDITAL**, sendo retificadas as especificações restritivas da competição, referente ao objeto requerido, eis que nenhuma marca conhecida atende ao exigido em Edital para o item 01.

Na remota hipótese de entendimento diverso, é necessário que esta r. Administração indique ao menos **3 (três) modelos de produtos** (dentro do porte requerido no edital), com suas respectivas marcas, que atendam integralmente as especificações contidas na descrição detalhada destes produtos, para demonstrar que efetivamente a licitação estará revestida de competitividade.

B) DAS ALTERAÇÕES NECESSÁRIAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO:

Sabe-se que até o presente momento os esclarecimentos enviados por esta Signatária não foram respondidos, sendo assim, a fim de facilitar vossa análise, colacionam-se abaixo os questionamentos realizados em 01/03/2023:

De acordo com o Item 4.1 do Edital, vimos pela presente, respeitosamente, solicitar o seguinte esclarecimento sobre a licitação acima:

1. Para o Item 1 do objeto da presente licitação, é solicitado: "RESOLUÇÃO: Mínima 4K". Entretanto em pesquisa realizada com as principais fabricantes líderes de mercado (Samsung, Philips, AOC, entre outras) foi constatado que nenhum equipamento com tela Ultrawide de 49 polegadas, devido à possuírem taxa de resolução vertical inferior a uma tela Widescreen, não são considerados como 4K. Entretanto, apresentam taxa de resolução horizontal superior à uma tela 4K. Desta forma, visando adequar as especificações de acordo com os produtos atualmente em linha para o porte requerido, proporcionando a ampla disputa entre os concorrentes, entendemos que serão aceitos equipamentos que apresentam resolução de tela Dual QHD (5120 x 1440 pixels). Nosso entendimento está correto?

III – DOS PEDIDOS:

Ante o acima exposto, vem à presença de Vossa Senhoria, com o devido respeito e acatamento, a fim de conhecer a Impugnação e julgá-la **PROCEDENTE**:

a) Sejam retificadas as especificações técnicas contidas para o item 01 do edital, eis que nenhuma marca conhecida atende ao exigido em Edital;

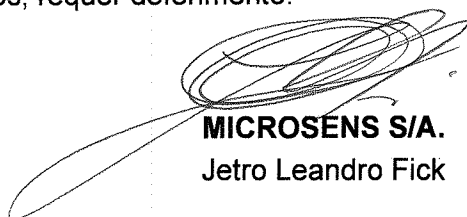
a.1) Caso não seja este o entendimento, faz-se necessário que esta Administração indique ao menos **três modelos** com as respectivas marcas que atendam ao presente Edital;

b) Sejam respondidos os esclarecimentos enviados tempestivamente **01/03/2023**, os quais foram colacionados acima, sob pena de nulidade;

c) Seja respeitado o prazo para resposta desta impugnação, conforme estabelece o artigo 87, § 1º, da Lei 13.303/2016; e

d) De qualquer decisão proferida sejam fornecidas as fundamentações jurídicas da resposta e todos os pareceres jurídicos a este respeito.

Nestes termos, requer deferimento.



MICROSENS S/A.
Jetro Leandro Fick

Curitiba/PR, 02 de março de 2023.

